

BREVE RELATO DE PESQUISAS DO GRUPO DE ESTUDOS EM FUNCIONALISMO

Márcia Teixeira Nogueira *

Resumo: O presente relato tem o objetivo de apresentar, de modo sucinto, algumas pesquisas desenvolvidas pelo Grupo de Estudos em Funcionalismo da Universidade Federal do Ceará (UFC). São estudos que, seguindo uma orientação funcionalista, descrevem e analisam o funcionamento de processos básicos da constituição dos enunciados.

Palavras-chave: Funcionalismo; Gramática Funcional; Gêneros Textuais.

Introdução

O Grupo de Estudos em Funcionalismo (GEF), criado em 2002, na Universidade Federal do Ceará, reúne hoje pesquisadores de outras instituições de ensino superior no Norte e Nordeste, tais como UECE, UFPI, UFPA, UERN. Orientadas pelos pressupostos teóricos funcionalistas, as pesquisas desenvolvidas pelo grupo voltam-se para o objetivo geral de investigar o funcionamento dos processos básicos de constituição dos enunciados (predicação, referenciação, junção e modalização), os inter-relacionamentos entre eles e o modo como caracterizam diferentes gêneros textuais. Neste artigo, resenhamos, de forma bastante concisa, alguns trabalhos desenvolvidos por integrantes do Grupo de Estudos em Funcionalismo.

As pesquisas desenvolvidas até então pelos integrantes do GEF caracterizam-se pelo interesse de investigar as manifestações

* Professora da Universidade Federal do Ceará (UFC), coordenadora do Grupo de Estudos em Funcionalismo (GEF), doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade do Estado de São Paulo (UNESP), Araraquara-SP.

reais de uso da língua em *corpora* de gêneros textuais. Segundo Bakhtin (1997, p. 279), a utilização da língua, em várias esferas da atividade humana, efetiva-se por meio de enunciados orais ou escritos, concretos e únicos, que refletem as condições específicas e as finalidades de cada uma dessas esferas, de forma indissolúvel, pelo conteúdo (temático), pelo estilo verbal (isto é, pela seleção operada nos recursos da língua) e pela construção composicional. Os gêneros do discurso podem ser vistos como tipos relativamente estáveis de enunciados associados a cada esfera de utilização da língua. Isso significa dizer que, de algum modo, os aspectos pelos quais os enunciados se caracterizam ganham uma estabilidade relativa quando associados aos gêneros a que pertencem. Para Swales (1990, p. 58), um gênero consiste em uma classe de eventos comunicativos que compartilham alguns propósitos comunicativos reconhecidos pelos membros da comunidade discursiva e que constituem o fundamento do gênero. Tais propósitos organizam a estrutura esquemática do discurso, influenciam e restringem as escolhas de conteúdo e estilo. Os exemplares de um gênero exibem padrões de similaridade em termos de estrutura, estilo, conteúdo e audiência pretendida. Se um exemplar apresenta todas as características esperadas pelos membros da comunidade, então ele é visto como protótipo dessa categoria de gênero.

Se um gênero se caracteriza pelas opções no plano da expressão linguística, opções essas que se encontram estreitamente condicionadas pelos propósitos comunicativos desse gênero, uma investigação sobre o funcionamento dos processos de constituição dos enunciados, sobretudo segundo uma perspectiva funcionalista, consiste em inquestionável contribuição para a própria descrição dos diferentes gêneros em que tais processos são investigados.

1. O paradigma funcionalista

No paradigma funcional, a linguagem é concebida como instrumento de interação social entre os seres humanos, usado com

a intenção de estabelecer interações comunicativas. Isso significa dizer que há um sistema subjacente às expressões lingüísticas, sistema esse de natureza funcional. Cabe, ao lingüista, investigar por que uma expressão lingüística é utilizada de uma determinada maneira, dadas as funções comunicativas que realiza. (DIK, 1997).

A Gramática Funcional de Dik consiste numa teoria geral sobre a organização gramatical das línguas e se integra, como subcomponente, numa teoria do “usuário da língua natural”. Assim, para Dik, uma descrição lingüística não pode prescindir da referência ao falante e ao destinatário, seus papéis e estatutos na situação de interação. A expressão lingüística é vista, dessa forma, como uma mediação entre a intenção do falante e a interpretação do destinatário. Voltando-se para o usuário da língua, a Gramática Funcional de Dik considera não apenas a capacidade lingüística de produzir e interpretar corretamente as expressões lingüísticas em diferentes situações de comunicação, mas a capacidade epistêmica, por meio da qual o usuário constrói, mantém e explora uma base de conhecimento organizado; a capacidade lógica, que possibilita o emprego de regras de raciocínio para a extração de novos conhecimentos a partir de conhecimentos prévios; a capacidade perceptual, mediante a qual o usuário percebe seu ambiente e dele deriva conhecimentos; e a capacidade social, que determina o uso da linguagem em conformidade com o interlocutor, a situação e os objetivos comunicativos.

Outra característica importante do paradigma funcionalista consiste na proposta de uma integração dos componentes ou níveis de análise, ou seja, da existência de uma sistematicidade entre os domínios funcionais da sintaxe, da semântica e da pragmática. Segundo Dik (1997), a semântica deve ser vista como instrumental em relação à pragmática, e a sintaxe, como instrumental em relação à semântica. No modelo teórico da Gramática Funcional, a relação entre os diferentes componentes da organização lingüística tem a pragmática como um componente que comanda os estudos sobre os aspectos sintáticos e semânticos. Desse modo, os aspectos

pragmáticos não são considerados apenas como meros acréscimos às descrições feitas, isoladamente, sobre os aspectos sintáticos e semânticos da expressão lingüística.

O paradigma funcionalista também se distingue pelo tratamento não-discreto das categorias lingüísticas. Os estudos funcionalistas não buscam a atribuição inequívoca de rótulos categóricos a itens, construções ou processos lingüísticos. Em vez disso, assumem e investigam a fluidez das categorias, por levarem em consideração as pressões dos usos sobre o sistema gramatical.

Uma investigação lingüística pode tomar como objeto de análise uma categoria de item ou construção (um pronome, uma descrição definida, etc.) e, a partir dessa opção, identificar os processos em que tal categoria atua e as funções que realiza relativamente aos diferentes níveis lingüísticos em que se encontra, do texto ao sintagma. Esse tipo de investigação, orientada pelo princípio da multifuncionalidade, considera que o funcionamento de um item consiste em opções codificadas em cada um dos sistemas da língua, nos diferentes níveis gramaticais (HALLIDAY, 1985). Assim, um item é interpretado como funcional não isoladamente, mas relativamente a todo o sistema lingüístico, ou seja, seu funcionamento é analisado com respeito às diferentes funções que cumpre nas diferentes construções nas quais ele pode atuar.

Por outro lado, uma pesquisa lingüística pode delimitar como objeto de estudo algum dos processos lingüísticos e, então, identificar o papel das categorias de item ou construção no engendrar de tal processo. Além disso, uma investigação desses processos lingüísticos pode apontar o inter-relacionamento funcional entre eles, isto é, as sobredeterminações que ocorrem pelo acionamento simultâneo de diferentes categorias gramaticais.

De acordo com suas hipóteses e seus objetivos específicos, os estudos desenvolvidos pelos integrantes do GEF constituem *corpora* de textos pertencentes aos diferentes gêneros, nas modalidades oral e escrita, por meio de coleta, digitação e codificação de amostras

textuais. As pesquisas também utilizam, alternativamente, bancos de dados já consolidados e reconhecidos pela comunidade acadêmica.

2. Algumas pesquisas do Grupo de Estudos em Funcionalismo-GEF

2.1. A predicação em textos narrativos e descritivos

Izabelle de Vasconcelos Costa analisou a predicação nuclear nas seqüências discursivas de textos narrativos e descritivos. O trabalho teve por objetivo discutir, com base na gramática funcional de Dik (1997), a hipótese de que, nas práticas discursivas, os tipos de estado-de-coisas (EC) adquirem estabilidade, tornando-se aspectos característicos da construção dos enunciados em seqüências discursivas. Para tanto, analisou os estados-de-coisas expressos nas predicações dos enunciados de textos narrativos e descritivos, classificando-os, segundo o traço dinamismo, em Eventos e Situações. Confirmou-se a hipótese de que grande parte dos ECs expressos nas predicações dos textos narrativos apresentam o traço [+din], ou seja, são Eventos, ao contrário do que acontece em textos descritivos em que predominam Situações, isto é, o traço [-din]. Como um EC é uma concepção de algo em algum mundo, ou melhor, uma interpretação lingüisticamente codificada pela predicação, ele reflete opções significativas feitas pelos autores desses textos, opções que se estabilizam nas noções teóricas de *seqüência* (ADAM, 1993).

2.2. Tipos de estados-de-coisas na estrutura de textos narrativos

Alfonse Rabay Neto investigou se há, e como se estabelece, uma relação entre os tipos de estados-de-coisa e a organização cognitiva típica dos conteúdos nas estruturas seqüenciais narrativas.

Como se disse, de acordo com a Teoria da Gramática Funcional de Dik (1997), um estado-de-coisas constitui uma concepção lingüisticamente codificada pela predicação (uma estrutura básica, subjacente aos enunciados lingüísticos) de algo em algum mundo. Ele não se confunde com a realidade extramental, mas, antes, constitui uma interpretação codificada, que reflete opções significativas dos falantes. Com esse estudo, confirmou-se a hipótese de que tais opções relativas à designação dos estados-de-coisa ganham relativa estabilidade, contribuindo para estabelecer as configurações textuais típicas da narração, isto é, as seqüências de textos identificados como predominantemente narrativos (ADAM, 1993). Os resultados desse estudo foram apresentados no III Congresso Internacional da ABRALIN, no Rio de Janeiro, em março de 2003.

2.3. A construção da predicação em notícias e reportagens impressas

Izabel Larissa de Lucena e Klébia Enislaine do Nascimento e Silva fizeram uma análise dos estados-de-coisas representados em amostras textuais pertencentes aos gêneros notícia e reportagem impressas, subcategorizadas de acordo com os temas tratados (política, esporte, economia, cultura). Tais amostras foram retiradas de revistas e jornais de circulação nacional. De modo geral, observou-se que a construção da predicação revela traços prototípicos da reportagem impressa, particularmente no que diz respeito à frequência dos estados-de-coisas que representam eventos (ações e processos).

2.4. Uma análise da perspectivização em anúncios publicitários

Izabel Larissa de Lucena desenvolveu uma pesquisa com o objetivo de investigar como se manifesta a orientação da perspectiva dos estados-de-coisas descritos nos enunciados de anúncios publicitários publicados em jornais e revistas. A análise de tal processo

não se restringiu ao nível estritamente sintático (estar em posição inicial, receber caso nominativo, controlar concordância, etc.). Segundo Dik, o Sujeito e o Objeto podem ser atribuídos a termos com diferentes funções semânticas, sendo, justamente, essa atribuição o que organiza a orientação básica inerente na predicação. O interesse da pesquisa voltou-se, principalmente, para a identificação de que elemento (empresa, produto, consumidor, etc.) envolvido no gênero anúncio publicitário, concebido como prática discursiva, ocupa a primeira posição nas estruturas oracionais, isto é, que elemento corresponde ao ponto de vista para a interpretação da oração enquanto mensagem. Esta pesquisa, mediante seus resultados, mostrou que a variação da perspectiva nas estruturas argumentais dos anúncios publicitários apresenta-se com a predominância do produto (33%) ou serviço como ponto de partida do fluxo de atenção (FA), seguido pelo consumidor (26%) e, logo após, pela empresa (22%). Sendo um estado-de-coisas uma interpretação lingüisticamente codificada pela predicação, as possibilidades acima listadas refletem importantes funções de orientação argumentativa. As três possibilidades associadas à função sintática de Sujeito correspondem a opções significativas feitas pelos autores dos anúncios na construção dos enunciados, porque, embora a perspectivização atue no nível representacional, ela determina o ponto de vista para a interpretação da oração enquanto mensagem.

2.5. O uso de predicados factivos em textos expositivo-argumentativos

Leonardo Carrá Trajano e Alfonse Rabay Neto estudaram o uso de verbos com complementos oracionais - os chamados *verbos factivos*. Segundo Neves (2000, p. 32), tais predicados têm a propriedade de implicar, por parte do falante, a pressuposição de que a proposição que lhe serve de complemento é factual, verdadeira, independentemente de serem afirmados ou negados. Após algumas reflexões iniciais sobre esse tipo de verbo, procederam a uma análise

de orientação funcionalista sobre o emprego dos diferentes tipos de predicados factivos em ocorrências reais identificadas em um *corpus* constituído de amostras textuais pertencentes aos gêneros artigo de opinião e editorial. Concluíram que o emprego desses predicados, sobretudo com os valores epistêmico e avaliativo, constitui um traço característico da argumentatividade desses gêneros textuais.

2.6. Construções apositivas e estratégias de formulação textual

Essa pesquisa, que desenvolvi juntamente com Flávia de Sena Néri e Klébia Enislaine do Nascimento e Silva, focalizou o uso de construções apositivas como estratégia de formulação textual, em textos jornalísticos, jurídicos, acadêmicos, publicitários e epistolares.

Já em Nogueira (1999), a aposição não-restritiva é caracterizada como inserção parentética em virtude da natureza formal de segmento inserido, da exterioridade em relação ao conteúdo proposicional do enunciado em que se encontra e do valor ilocucionário independente. A expressão apositiva não-restritiva aproxima-se do que Jubran (1999) estabelece como a primeira classe de parênteses da tipologia que propõe. Tais parênteses operam na elaboração dos tópicos discursivos, especialmente no que diz respeito ao conteúdo tópico e à formulação lingüística desse conteúdo.

No entanto, Nogueira (2003) ressalta que construções apositivas que operam como mecanismo de focalização não podem ser identificadas como parênteses. Nesse tipo de aposição, uma expressão nominal focaliza o segmento discursivo seguinte, criando um ambiente de expectativa e direcionando a tensão para o conteúdo desse segmento, além de fornecer-lhe uma orientação argumentativa para a interpretação. Como a informação contida no segmento focalizado já foi, de certa forma, antecipada pela expressão nominal anterior, não é pertinente analisar esse segmento apositivo como um caso de ruptura, isto é, como um parêntese. Não se trata, nesse caso, de uma inserção parentética com função de reformulação, mas de uma estratégia de referenciação catafórica.

No que diz respeito às estratégias de referenciação, Nogueira (1999) destaca que, a partir de uma concepção construtivista da referência lingüística, fundada nos trabalhos de Mondada e Dubois (1995) e de Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995), a aposição constitui expediente por meio do qual um objeto-de-discurso pode ser construído segundo diferentes perspectivas, de acordo com diferentes propósitos comunicativos. Por ser uma construção tipicamente caracterizada pela condição de estabilidade referencial entre os itens que a integram, a aposição mostra-se como importante mecanismo de recategorização.

A pesquisa concluiu que a construção apositiva não-restritiva constitui um mecanismo textual-discursivo que cumpre relevante papel como estratégia textualizadora. Considerada sob um enfoque funcionalista, a diversidade formal de tal estrutura está associada a sua multiplicidade funcional, isto é, às diferentes funções textual-discursivas que exerce. E, desse modo considerada, simultaneamente em suas formas e funções, essa construção revela muito das características de determinados gêneros textuais, chegando a apresentar, em alguns deles (por exemplo, os jurídicos), um caráter formulaico. Os resultados gerais desse estudo foram apresentados no XVIII Enanpoll, em Maceió-AL.

2.7. O tratamento funcionalista da articulação de orações

Alexandra Carneiro Rodrigues e Lorena Lima Barbosa fizeram um estudo sobre as diferenças entre os tratamentos tradicional e funcionalista na descrição das relações entre orações. Viram, inicialmente, que, no ensino tradicional de gramática, as relações de subordinação e coordenação são tratadas de maneira dicotômica. Ou seja, no estudo do que a NGB denomina período composto, as orações são classificadas em coordenadas ou subordinadas, conforme sejam analisadas, respectivamente, como independentes ou dependentes. Já nos estudos de orientação funcionalista, as relações entre as orações são consideradas como

escalares, graduais. Há, pelo menos para o que as gramáticas tradicionais analisam como “subordinação”, dois tipos de relação que os funcionalistas identificam como categorias não-discretas: o encaixamento, que se manifesta quando uma oração integra a estrutura de outra, e a articulação hipotática de orações, quando há dependência, mas não se pode falar em integração. O objetivo do estudo foi, ainda, analisar o nível de integração sintática e semântica, procurando dispor, ao longo de um contínuo, um conjunto de orações obtido a partir de amostras de textos reais. Essa localização foi feita a partir dos parâmetros sugeridos por de Lehmann (1988).

2.8. As funções textual-discursivas da articulação hipotática adverbial em artigos de opinião

Luciano Araújo Cavalcante Filho realizou, segundo uma orientação funcionalista, este estudo que descreve as funções textual-discursivas da hipotaxe adverbial como um dos aspectos que contribuem para a organização do discurso, em um *corpus* constituído de quarenta (40) artigos de opinião retirados de jornais e revistas de circulação nacional. A hipotaxe adverbial não constitui um encaixamento propriamente dito, ou seja, uma subordinação em relação à outra cláusula. Primordialmente definida por sua função discursiva, ela é responsável pela organização enunciativa por parte do falante, constituindo uma informação extra, estruturalmente desnecessária para a cláusula-núcleo. Prefere-se, então, segundo a visão funcionalista, classificá-la como um caso de articulação hipotática discursiva, ao invés de subordinação. Dessa forma, coloca-se em relevo a função primordial das cláusulas adverbiais, isto é, a ferramenta pela qual o enunciador organiza e orienta seu discurso para uma melhor compreensão e interpretação por parte do ouvinte/leitor. Na análise das ocorrências, foram identificadas as funções de tópico, guia, ponte-de-transição e adendo, correlacionadas à posição em que ocorrem as hipotaxes adverbiais e às noções textual-semânticas que emergem da articulação com a oração nuclear.

2.9. O ensino da articulação hipotática adverbial

Cleide Alves Ribeiro Bezerra concluiu uma pesquisa sobre o tratamento da articulação hipotática adverbial no Ensino Médio. Tal pesquisa buscou respostas para as seguintes questões: Quais os objetivos do professor no ensino de orações adverbiais? Quais as principais dificuldades enfrentadas pelos alunos do ensino médio no que diz respeito à interpretação da articulação hipotática adverbial? Como o livro didático aborda esse assunto? Essas questões foram respondidas mediante a utilização de um questionário com o professor, de exercícios com os alunos e da análise de livros didáticos. As dificuldades apresentadas pelos alunos na interpretação da articulação hipotática adverbial reforçam as críticas apresentadas pelos funcionalistas de que uma análise que considere apenas o nível sentencial é insuficiente para que se interpretem as relações textual-semânticas e as funções textual-discursivas. Nesse processo, constatou-se, no entanto, que os próprios alunos já revelam uma intuição a respeito das relações semânticas implícitas entre as orações e, muitas vezes, essa intuição vai de encontro à exigência de uma atividade meramente classificatória segundo a terminologia oficial.

2.10. A aposição circunstancial em reportagem impressa: aspectos sintáticos, textual-semânticos e textual-discursivos.

Lindalva Soares do Nascimento defendeu uma dissertação que teve como objetivo investigar as propriedades sintáticas, textual-semânticas e textual-discursivas do chamado *aposto circunstancial*. Enquanto função discursiva, o aposto circunstancial se configura em uma unidade que antecipa uma predicação a um referente discursivo que ainda será introduzido. Caracteriza-se essa predicação como sendo, em geral, um atributo antecipado, de valor hipotático e altamente argumentativo, em virtude da relação circunstancial implícita (causa, concessão...). Reafirma-se, nesse trabalho, o pressuposto de integração dos componentes

lingüísticos, quais sejam, o sintático, o semântico e o pragmático, visto que se adota uma visão textual-interativa, em que o aspecto interativo é intrínseco ao lingüístico; em consequência, a interação verbal surge como resultado da competência comunicativa, que se efetiva por meio de textos.

2.11. A oração substantiva apositiva: aspectos sintático-semânticos e textual-discursivos

Renata Jorge Leitão desenvolveu uma dissertação sobre os aspectos sintático-semânticos e textual-discursivos associados ao uso de orações substantivas apositivas em discursos oratórios. Em relação aos aspectos sintático-semânticos, o seu objetivo foi investigar o nível de integração sintática e semântica da construção apositiva. Essa investigação orientou-se pelos parâmetros de Lehmann (1988), que propõe um contínuo que se estende desde a relação de não-dependência até a máxima integração entre as orações. Constatou-se que as construções que envolvem a oração substantiva apositiva apresentam traços associados aos processos sintáticos de coordenação e de subordinação, vistos ao longo de um contínuo; porém, como foi mostrado, houve o predomínio de um vínculo pequeno, o que estabelece uma menor dependência entre a oração que contém a expressão referencial encapsuladora e a oração substantiva apositiva. Constatou-se, também, que a construção que envolve a oração substantiva apositiva está associada a diferentes estratégias de textualização: referenciação catafórica, focalização, organização da informação e orientação argumentativa. Alguns resultados desta pesquisa foram apresentados nos Seminários Lingüísticos do Departamento de Letras Vernáculas, 2004.1; no Encontro do Gelne, em setembro de 2004, em João Pessoa.

2.12. A modalização em anúncios publicitários

Nadja Paulino Pessoa analisou um dos processos mais relevantes da constituição dos enunciados, a modalização, com o objetivo de caracterizar o gênero anúncio publicitário. A base teórica funcionalista para tal análise pressupõe a estrutura frasal organizada em camadas (HENGEVELD, 1988, 1989 e DIK, 1997) e concebe a sentença, simultaneamente, como mensagem e evento de interação (HALLIDAY, 1985). A análise revelou que a modalização de natureza deôntica é a mais utilizada, o que empresta aos enunciados o caráter de “conselho”, “sugestão” ao eventual consumidor.

2.13. A modalidade epistêmica em artigos científicos

Nadja Paulino Pessoa dedicou-se, ainda, à investigação, em artigos científicos, da modalidade dita *epistêmica*, ou seja, da qualificação do enunciado, no eixo do conhecimento, segundo o julgamento do falante em relação ao que é dito. Para isso, coletou artigos científicos da área de Humanidades. Verificou-se, conforme já se esperava, uma maior frequência da modalidade epistemológica evidencial citativa (HENGEVELD, 1988, 1989), que diz respeito à indicação da fonte da informação contida nos enunciados, expressa por meio de *satélites*. Na maioria dos casos, o falante qualifica o enunciado como certo, o que é próprio deste gênero textual, uma vez que ele tenta persuadir o leitor acerca da legitimidade de um ponto de vista.

2.14. A expressão da modalidade epistêmica em narrativas orais

Francisco Marino Neto concluiu um estudo que teve por objetivo discutir, de um modo geral, a categoria modalidade e avaliar, especificamente, algumas manifestações da modalidade epistêmica (a que se circunscreve no eixo do conhecimento) em narrativas orais do *Corpus Discurso & Gramática – a língua falada e escrita na cidade do Natal*. Os resultados dessa análise dizem respeito ao tipo de

modalidade epistêmica (de acordo com o escopo), aos meios lingüísticos lexicais e gramaticais utilizados, bem como aos efeitos de sentido obtidos tendo em vista a enunciação. Verificou-se que a narrativa de experiência pessoal apresentou maior incidência de modalização. Notou-se que a qualificação epistêmica subjetiva superou significativamente a modalização epistêmica subjetiva. Esse resultado é revelador da liberdade que, nesse gênero, o informante tem para comprometer-se ou descomprometer-se com a verdade do que diz, manifestando subjetividade no discurso. A vinculação da freqüência do uso de modalizadores epistêmicos ao nível de escolarização do informante revela uma proporção direta: quanto maior o nível de escolaridade, maior o uso de modalizadores epistêmicos. Esperava-se que tal relação se revelasse, em virtude do desenvolvimento de habilidades lingüísticas durante o processo formal de ensino e aprendizagem numa escola. Isso, com certeza, sugere que o ensino de Língua Portuguesa desenvolve, entre outras habilidades, o recurso a estratégias que regulam as atitudes dos indivíduos no processo de interação verbal. Francisco Marino Neto apresentou parte dos resultados no Encontro do Gelne, em setembro de 2004, em João Pessoa.

2.15. A evidencialidade em gêneros acadêmicos de grau

Cláudia Ramos Carioca desenvolve uma pesquisa que tem como objetivo geral a investigação das marcas de evidencialidade em trabalhos acadêmicos de grau. Inteirou-se a respeito dos diferentes posicionamentos assumidos por estudiosos do assunto, para reconhecer em que consiste e como se manifesta a evidencialidade como processo regulador das tensões entre os participantes de uma interação verbal. Assume que a evidencialidade, categoria que, em linhas gerais, marca a fonte de um conteúdo, se reflete no grau de certeza, de (des)comprometimento do enunciador em relação ao enunciado que produz.

2.16. A expressão da modalidade deôntica em discursos políticos

Léia Cruz de Menezes desenvolve um estudo sobre o uso dos modalizadores deônticos em discursos políticos. Em uma análise preliminar da expressão deste tipo de modalidade em amostras de discursos políticos obtidas no site da Câmara dos Deputados, observou algumas variáveis, tais como valor deôntico (obrigação, permissão, proibição), fonte e alvo deônticos (indivíduo, instituição), meios lingüísticos utilizados, etc, em correlação com o que caracterizou como dois lugares enunciativos na discussão de um mesmo projeto de lei, governo x oposição. Essa análise revelou que o tema delimitado pela mestrandia é, de fato, bastante profícuo e pode dar relevante contribuição aos estudos da linguagem.

2.17. Legitimando o *ser* como marcador discursivo de afirmação

Como parte de desenvolvimento de sua pesquisa sobre os processos de gramaticalização e discursivização do SER, João Bosco Figueiredo Gomes realizou um estudo sobre os mecanismos/processos que originaram o uso do item lexical *ser* com o valor de afirmação na fala do fortalezense, com o objetivo de legitimar a função discursiva do *ser* como marcador de retorno conversacional (MRC). Para tanto, ele reavalia a possível trajetória da gramática para o discurso: cópula > marcador de retorno conversacional, evidenciada a partir de pistas sincrônicas. Concluiu o estudo com a análise do grau de iconicidade do MRC *ser*, a fim de verificar seu estágio de mudança. João Bosco apresentou este estudo no XVIII Enanpoll, em Maceió.

2.18. O uso do ser em construções clivadas no dialeto potiguar

Também como parte do desenvolvimento de sua pesquisa, João Bosco Figueiredo Gomes realizou um estudo sobre o uso do *ser* em construções clivadas no dialeto potiguar, com o objetivo de levantar as ocorrências de construções clivadas (CC) nos dados publicados no *Corpus* Discurso e Gramática – “A língua falada e escrita na cidade do Natal” e discutir algumas ocorrências, confrontando resultados de algumas análises já divulgadas e refletindo sobre uma análise do *ser* em CC numa perspectiva funcionalista, principalmente, no que concerne ao paradigma da gramaticalização. Utilizou, como amostra, 263 ocorrências de CC, consoante os tipos: clivada, pseudo-clivada e clivada invertida, extraídas do referido *corpus*, nos seguintes gêneros textuais: NEP (Narrativa de Experiência Pessoal), DEL (Descrição de Local) e ROP (Relato de Opinião), nas modalidades oral (O) e escrita (E), produzidas por 20 (vinte) informantes (quatro por cada nível de escolaridade: A – alfabetização, Q – quarta série/ Ensino Fundamental, O – oitava série/ Ensino Fundamental, T – terceira série/ Ensino Médio, e S – Superior). Os resultados deste estudo foram apresentados pelo doutorando no Encontro do Gelne, em setembro de 2004.

2.19. A trajetória de gramaticalização do verbo *chegar*

No desenvolvimento da pesquisa sobre o processo de gramaticalização do verbo *chegar* no português do Brasil, Ediene Pena Ferreira investigou, em textos do século XIII ao século XVI, pertencentes ao *corpus* constituído por Tarallo (1991), em que período este verbo foi incorporando novos sentidos e começou a ser usado como verbo auxiliar. A preocupação em investigar textos do português arcaico justifica-se porque muitos usos considerados atuais já eram encontrados em estágios anteriores da língua. No trabalho, Ediene apresentou, primeiramente, alguns pressupostos teóricos sobre o processo de gramaticalização; depois, fez algumas considerações sobre o item estudo, analisando os tipos de *chegar*

encontrados no corpus, o que permitiu algumas conclusões. Os resultados desta análise foram apresentados no XVIII Enanpoll, em Maceió, e na Semana Universitária da UECE.

2.20. A auxiliarização de *chegar*

Ainda como parte do desenvolvimento de pesquisa sobre o verbo *chegar*, Ediene Pena Ferreira realizou um estudo integrado dos aspectos sintáticos, semânticos e pragmático-discursivos associados à auxiliaridade desse verbo nas modalidades oral e escrita do português brasileiro contemporâneo. Para investigar os usos desse verbo como auxiliar, foram utilizados os seguintes critérios privilegiados por Longo e Campos (2002): o da impossibilidade de desdobramento da oração, o da existência de sujeito único e o da detematização. A doutoranda concluiu que *chegar*, quando usado com outro verbo contíguo na forma nominal, perde seu caráter de verbo pleno e assume estatuto de auxiliar, expressando noções gramaticais de aspecto. Percebeu, ainda, que o verbo *chegar* vem adquirindo novos significados (como *aproximar-se*, *atingir*, *alcançar*) e, mesmo quando ainda é lexical, deixa de restringir traços subcategoriais de seus argumentos, perdendo características como a seleção de complementos locativos no argumento interno. Sincronicamente, o uso lexical do verbo *chegar* coexiste com seu uso gramatical. A análise sugere, portanto, estágios de um percurso de gramaticalização desse item. Os resultados deste estudo foram apresentados em setembro de 2004.

3. Considerações finais

O paradigma funcionalista, em que se insere o projeto integrado do Grupo de Estudos em Funcionalismo- GEF, caracteriza-se pelo interesse em investigar a língua em uso, isto é, o modo como se estabelecem, por meio da linguagem, as interações sociais em diferentes práticas discursivas. Nesse sentido, os

pressupostos teórico-metodológicos funcionalistas, as hipóteses e os objetivos centrais de tal projeto orientam para uma visão mais integradora e, portanto, mais próxima, dos fenômenos lingüísticos investigados. Esses estudos têm comprovado a hipótese central de que as opções que os falantes fazem, em cada ponto do discurso, quanto aos modos de expressão lingüística, são estreitamente condicionadas pelos propósitos comunicativos dos gêneros investigados. Têm encontrado, ainda, resultados empíricos bastante sugestivos da necessidade de que sejam investigadas as sobredeterminações, os inter-relacionamentos entre os processos de referenciação, predicação, junção e modalização, nas situações reais de uso da língua.

Como se pôde notar, predomina, entre os integrantes do GEF, o interesse pela investigação dos processos básicos de constituição dos enunciados em gêneros específicos. Nas análises, observou-se a preocupação dos pesquisadores em explicar os condicionamentos genéricos como modo de ampliar as possibilidades interpretativas dos usos lingüísticos.

Destaca-se, ainda, no GEF, o interesse crescente pelos processos de gramaticalização e discursivização, principalmente em nível de doutorado. Os estudos sobre gramaticalização dizem respeito ao processo por meio do qual um item lexical muda de estatuto categorial, passando a funcionar como item gramatical, ou um item já gramatical torna-se mais gramatical. Na investigação de tal fenômeno, uma das tendências fortes do funcionalismo contemporâneo, assume-se uma necessária interdependência entre sincronia e diacronia para a elucidação dos processos de mudança lingüística.

Grande parte dos resultados das pesquisas do grupo já foi apresentada em eventos locais (ECEL, Encontros Universitários, Seminários Lingüísticos da UFC, etc) e nacionais (encontros do GELNE, ABRALIN, SBPC, ANPOLL). Cumpre dizer que se encontram relatadas nesse artigo apenas as pesquisas concluídas ou

que já apresentam alguns resultados. Alguns integrantes do grupo, que não são citados aqui, encontram-se em fase inicial da pesquisa.

Em todos os estudos realizados, a análise das expressões lingüísticas como opções dos falantes no contexto de interações verbais legítimas permitiu identificar a língua como sistema de natureza multifuncional, heterogêneo, adaptável, sensível às pressões do uso, condicionado por motivações de ordem estrutural, cognitiva e pragmático-discursiva. Desse modo, espera-se que a divulgação desses estudos contribua, de um modo geral, para o desenvolvimento de uma visão mais integradora entre gramática e discurso, sistema e uso, o que caracteriza o paradigma funcionalista nos estudos da linguagem.

Referências

- ADAM, Jean-Michel. *Les textes: types et prototypes*. Récit, Description, Argumentation et Dialogue. Paris: Nathan, 1993.
- APOTHÉLOZ, D.; REICHLER BÉGUELIN. *Construction de la référence et stratégies de designation*. In: BERRENDONNER; REICHLER-BÉGUELIN, 1995. p. 143-173.
- BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- DIK, Simon C. *The theory of functional grammar*. Part 1: the structure of the clause. Dordrecht-Holland/Providence RI- USA: Foris Publications, 1989.
- FUCHS, C. *La paraphrase*. Paris: Presses universitaires de France, 1982.
- FURTADO DA CUNHA, M.A. (org.). *Corpus Discurso & Gramática – a língua falada e escrita na cidade do Natal*. Natal: EDUFRRN, 1998.

- HALLIDAY, M.A.K. *An introduction to functional grammar*. London: Edward Arnold, 1985.
- HENGEVELD, Kees. Illocution, mood and modality in a Functional Grammar of Spanish. *Journal of semantics*, v. 6, p. 227-269, 1988.
- _____. Layers and Operators in Functional Grammar. *Journal of Linguistics*, v. 25, p. 127-157, 1989.
- JUBRAN, Clélia A. S. Funções textuais-interativas dos parênteses. In: NEVES, M. H. M. *A gramática do português falado*. VII: Novos estudos. São Paulo: Editora da Unicamp, 1999. p. 131-158.
- LEHMANN, C. Towards a typology of clause linkage. In: HAIMAN, J.; THOMPSON, S. *Clause combining in grammar and discourse*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1988. p. 181-225.
- MEYER, C. F. *Apposition in contemporary english*. New York: Cambridge University Press, 1992.
- MONDADA, L; DUBOIS, D. *Construction des objets de discours et catégorization: une approche des processus de référenciation*. TRANEL (Travaux neuchâtelois de linguistique), n. 23, p. 273-302, 1995.
- NEVES, Maria H. de M. *Gramática de usos do português*. São Paulo: UNESP, 2000.
- NOGUEIRA, Márcia T. *A aposição não-restritiva em textos do português contemporâneo escritos no Brasil*. Tese (Doutorado), Universidade do Estado de São Paulo, Araraquara-SP, 1999.
- SWALES, John. *Genre analysis: English in academic and research settings*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.